



RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS

(3º Quadrimestre do RGF de 2017 e 6º Bimestre do RREO de 2017)

02/03/2018

Raimundo Bento dos Santos
Secretário da Fazenda
Portaria GP Nº0365/2017

Edilson Laires de Lima
Prefeito
02-03-2018

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. RECEITA PÚBLICA.....	3
2.1 RECEITAS ATÉ O 6º BIMESTRE	3
3. DESPESA PÚBLICA.....	5
4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA- RCL.....	6
5. RESULTADO PRIMÁRIO.....	8
6. RESULTADO NOMINAL.....	10
7. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA.....	11
8. DESPESAS COM PESSOAL.....	11
9. APLICAÇÃO EM SAÚDE	13
10. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO	13
11. APLICAÇÃO DO FUNDEB.....	14
12. METAS FISCAIS.....	14
13. RESUMO DOS ÍNDICES	15

1. INTRODUÇÃO

Para fins de cumprimento do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentamos o Relatório Bimestral da Execução Orçamentária e da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais. Conforme a Lei de Diretrizes Orçamentárias determina que se façam **Relatórios de Avaliações Bimestrais** sobre a realização de receitas e despesas orçamentárias, de modo a controlar a obtenção da meta fiscal estabelecida.

A avaliação do cumprimento das metas fiscais legitima os processos de planejamento e orçamento do governo, uma vez que permite aos agentes econômicos aferirem sobre o desempenho da administração pública face a sua responsabilidade com a sustentabilidade fiscal intertemporal.

Os dados foram extraídos dos relatórios Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal-RGF, do 6º bimestre e 3º quadrimestre de 2017, republicados em 01/03/2018, produzido pela contabilidade e publicado no portal do SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FISCAIS DO SETOR PÚBLICO-SICONFI, acesso: siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf.

2. RECEITA PÚBLICA

A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 86.772.323,99 (Oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos), conforme Lei Orçamentária Anual nº 1.545/2016.

A receita corrente estimada no exercício de 2017 foi de R\$ 84.872.323,99, e as receitas de capital R\$ 1.900.000,00, totalizando o montante de R\$ 86.772.323,99. A Receita realizada até o 6º bimestre, conforme quadro abaixo foi R\$ 75.747.603,31, ou seja, a Municipalidade arrecadou a menor R\$ 11.024.720,68 no período compreendido entre janeiro a dezembro/2017. Abaixo um quadro e gráfico com as análises das receitas auferidas até o bimestre pela municipalidade.

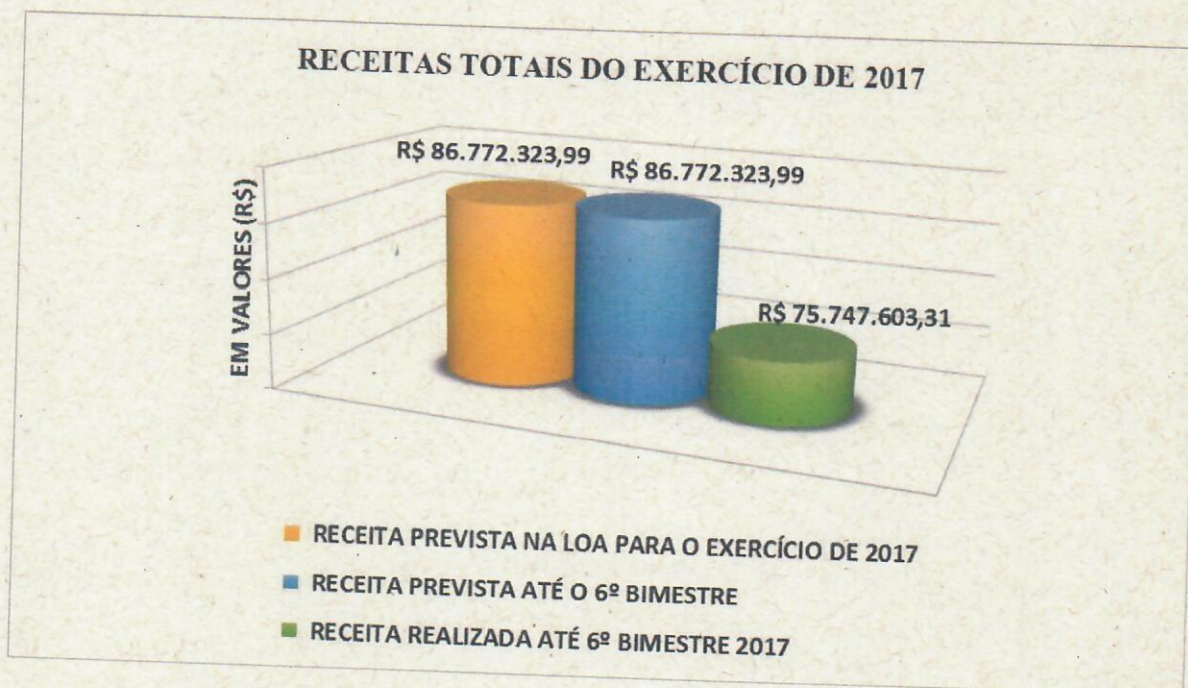
2.1 RECEITAS ATÉ O 6º BIMESTRE

DISCRIMINAÇÃO DA RECEITA	RECEITA PREVISTA NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE	RECEITA PREVISTA ATÉ O 6º BIMESTRE	RECEITA REALIZADA ATÉ 6º BIMESTRE	RECEITA ARRECADADA A MAIOR ATÉ O 6º
RECEITAS CORRENTES	R\$ 84.872.323,99	R\$ 84.872.323,99	R\$ 74.714.386,98	R\$ 10.157.937,01
Receita Tributária	R\$ 4.342.098,36	R\$ 4.342.098,36	R\$ 6.191.951,10	-R\$ 1.849.852,74
Receita de Contribuições	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.600.000,00	R\$ 1.608.009,26	-R\$ 8.009,26
Receita Patrimonial	R\$ 630.655,74	R\$ 630.655,74	R\$ 658.227,50	-R\$ 27.571,76
Receita de Serviços	R\$ 529.147,54	R\$ 529.147,54	R\$ 121.727,04	R\$ 407.420,50
Transferências Correntes	R\$ 76.803.822,35	R\$ 76.803.822,35	R\$ 63.562.483,09	R\$ 13.241.339,26
Outras Receitas Correntes	R\$ 966.600,00	R\$ 966.600,00	R\$ 2.571.988,99	-R\$ 1.605.388,99
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 1.900.000,00	R\$ 1.900.000,00	R\$ 1.033.216,33	R\$ 866.783,67
Operações de Crédito	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ -	R\$ 110.000,00
Alienação de Bens	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00	R\$ -	R\$ 110.000,00
Transferências de Capital	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.110.000,00	R\$ 1.033.216,33	R\$ 76.783,67
Outras Receitas de Capital	R\$ 570.000,00	R\$ 570.000,00	R\$ -	R\$ 570.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 86.772.323,99	R\$ 86.772.323,99	R\$ 75.747.603,31	R\$ 11.024.720,68

Fonte: RREO- 6º BIMESTRE/2017, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>

Na tabela acima, podemos verificar a realização das receitas no 6º bimestre por origem da receita, com destaque para as transferências correntes que representa 73,25% do total da receita arrecadada.

Abaixo, representamos graficamente a receita prevista e realizada no exercício de 2017:



3. DESPESA PÚBLICA

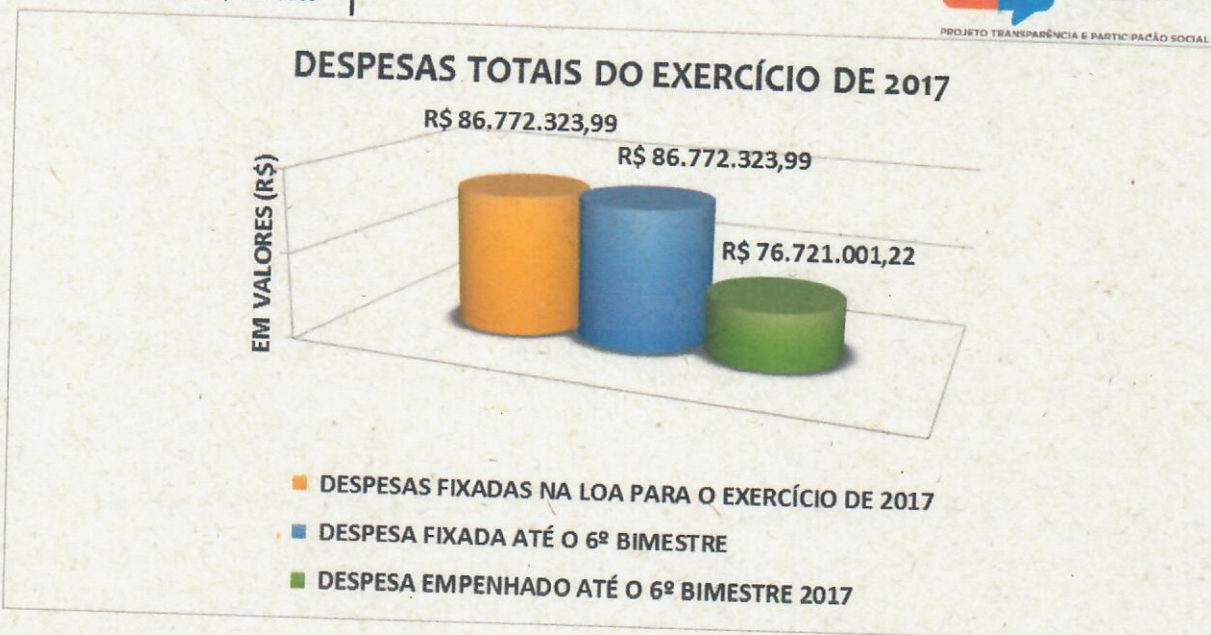
A Despesa total e fixada nos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, em **R\$ 86.772.323,99** (Oitenta e seis milhões, setecentos e setenta e dois mil, trezentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos), conforme Lei Orçamentária Anual nº 1.545/2016.

A categoria econômica da despesa está distribuída em **Despesa Corrente no montante de R\$ 79.218.204,12**, **Despesa de Capital de R\$ 6.184.119,87** e **Reserva de Contingência de R\$ 1.370.000,00**, totalizando **R\$ 86.772.323,99**.

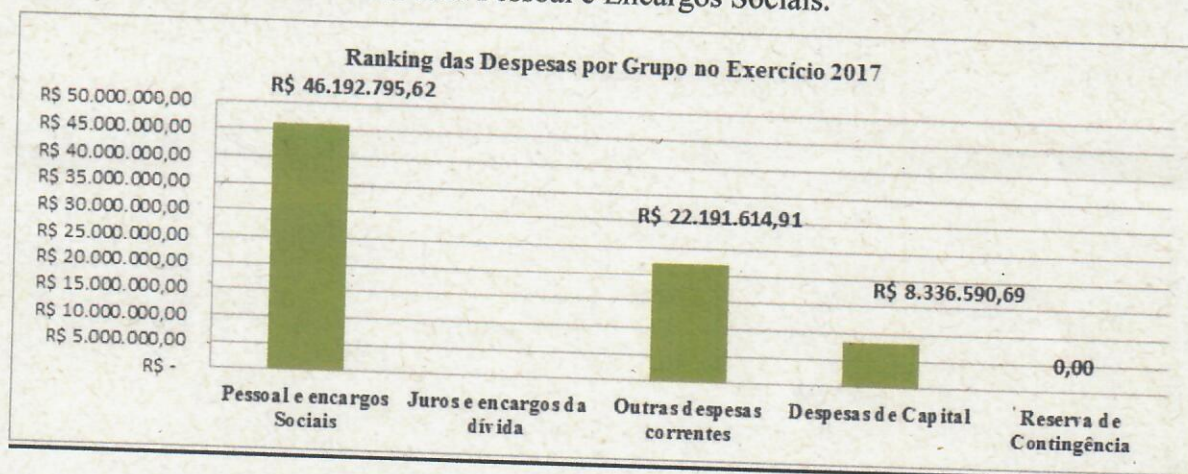
O total de despesa empenhada até o 6º bimestre foi de **R\$ 76.721.001,22**, sendo autorizada (fixada) para o mesmo período das despesas o montante de **R\$ 86.772.323,99**. Conforme podemos verificar no quadro e gráfico abaixo:

DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA	DESPESAS FIXADAS NA LOA PARA O EXERCÍCIO DE 2017	DESPESA FIXADA ATÉ O 6º BIMESTRE	DESPESA EMPENHADA ATÉ O 6º BIMESTRE 2017	DESPESA EMPENHADA A MENOR ATÉ O 6º BIMESTRE 2017
DESPESAS CORRENTES	R\$ 79.218.204,12	R\$ 79.218.204,12	R\$ 68.384.410,53	R\$ 10.833.793,59
Pessoal e encargos Sociais	R\$ 46.252.584,34	R\$ 46.252.584,34	R\$ 46.192.795,62	R\$ 59.788,72
Juros e encargos da dívida	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ 1.000,00
Outras despesas correntes	R\$ 32.964.619,78	R\$ 32.964.619,78	R\$ 22.191.614,91	R\$ 10.773.004,87
DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 6.184.119,87	R\$ 6.184.119,87	R\$ 8.336.590,69	-R\$ 2.152.470,82
Investimentos	R\$ 3.782.808,39	R\$ 3.782.808,39	R\$ 7.232.325,71	-R\$ 3.449.517,32
Amortização da Dívida	R\$ 2.401.311,48	R\$ 2.401.311,48	R\$ 1.104.264,98	R\$ 1.297.046,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.370.000,00	R\$ 1.370.000,00	R\$ -	R\$ 1.370.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 86.772.323,99	R\$ 86.772.323,99	R\$ 76.721.001,22	R\$ 10.051.322,77

Fonte: RREO- 6º BIMESTRE/2017, disponível em <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>



O gráfico abaixo evidencia as principais despesas, onde se observa que os maiores gastos até o 6º bimestre foram com Pessoal e Encargos Sociais.



Contudo, verifica-se que as receitas realizadas (arrecadadas) foram inferiores as despesas realizadas (empenhadas) gerando déficit orçamentário, conforme planilha abaixo:

RECEITA E DESPESA EXECUTADA	
Receita Arrecadada:	R\$ 75.747.603,31
Despesa Empenhada:	R\$ 76.721.001,22
Defícit:	-R\$ 973.397,91

4. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA- RCL

A Lei Complementar nº. 101, de 2000, estabeleceu o conceito de Receita Corrente Líquida (RCL), no inciso IV do art. 2º, *in verbis*:

Art. 2º

IV- Receita Corrente Líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

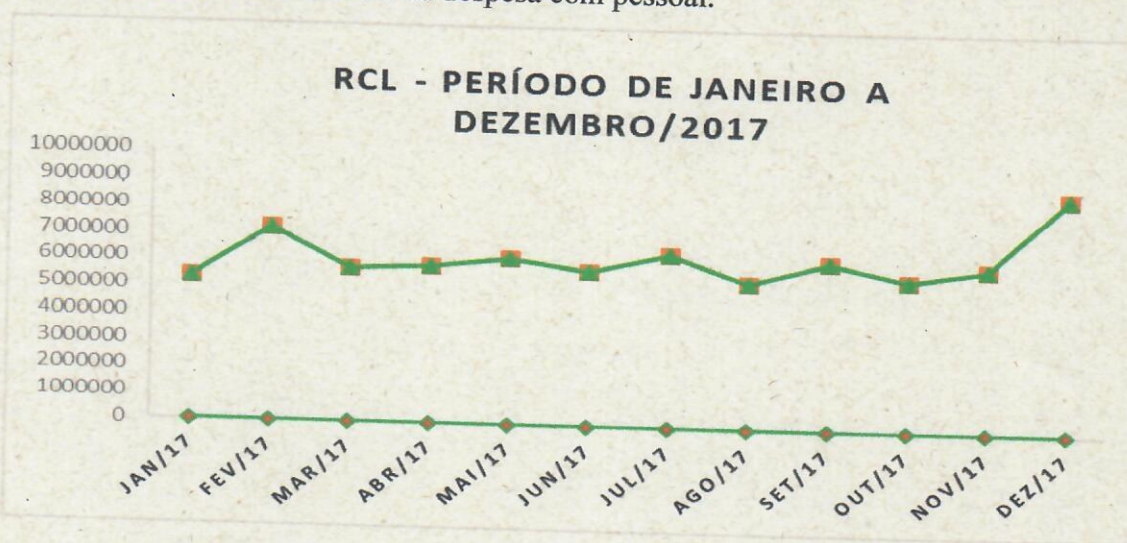
- a) Na União, nos Estados e nos Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no Inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição Federal;
- b) Nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação Constitucional;
- c) Na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no §9º do art. 201 da Constituição Federal;

§ 3º. A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

A Receita Corrente Líquida (RCL) apurada até dezembro (6º bimestre de 2017), período de janeiro/2017 a dezembro/2017 foi de **R\$ 74.714.386,98**.

VALOR MENSAL DA RCL	
MÊS - REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
jan/17	5.344.624,12
fev/17	7.207.540,52
mar/17	5.726.766,27
abr/17	5.852.452,83
mai/17	6.192.172,49
jun/17	5.780.598,96
jul/17	6.445.367,92
ago/17	5.454.529,21
set/17	6.239.367,90
out/17	5.632.096,07
nov/17	6.079.255,86
dez/17	8.759.614,83
TOTAL	74.714.386,98

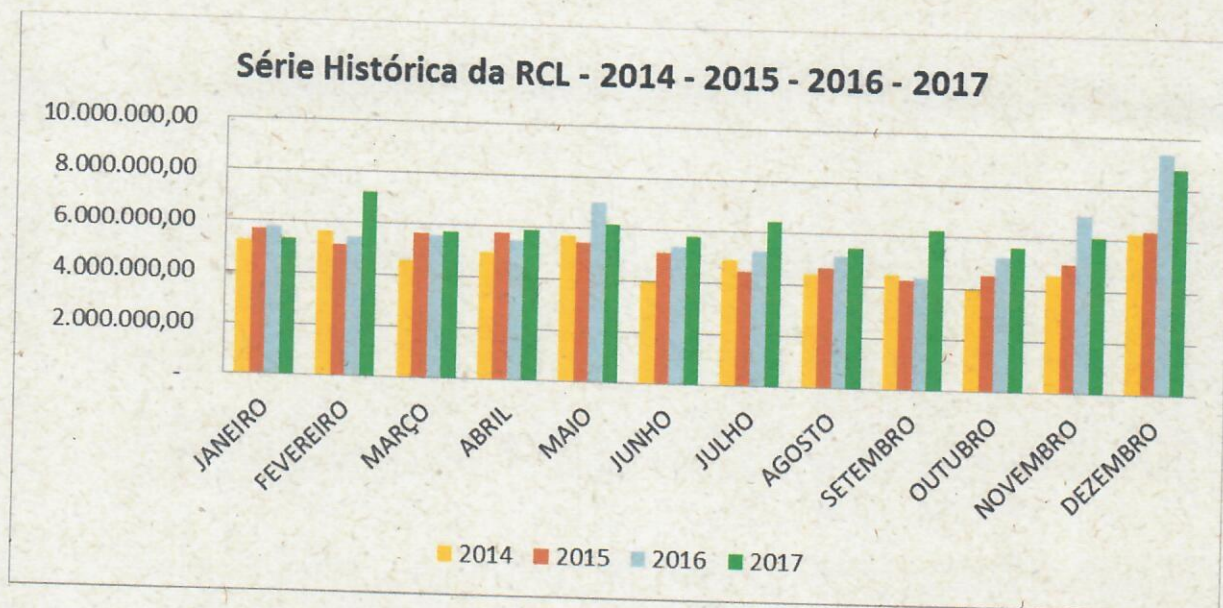
No gráfico a seguir, fica evidenciado a aumento na receita corrente líquida, o que trará impacto também no cálculo da despesa com pessoal.



Segue série histórica através de tabelas e gráficos das RCL auferidas nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017:

COMPETÊNCIA	2014	2015	2016	2017
JANEIRO	5.241.792,39	5.669.021,82	5.782.319,00	5.344.624,12
FEVEREIRO	5.645.927,42	5.102.427,63	5.428.262,15	7.207.540,52
MARÇO	4.581.462,58	5.647.272,74	5.594.235,47	5.726.766,27
ABRIL	4.983.916,64	5.745.918,84	5.490.906,33	5.852.452,83
MAIO	5.654.576,77	5.423.574,39	6.998.501,26	6.192.172,49
JUNHO	3.996.398,58	5.130.822,54	5.387.733,92	5.780.598,96
JULHO	4.911.991,31	4.453.998,61	5.288.665,93	6.445.367,92
AGOSTO	4.438.644,43	4.682.086,78	5.160.685,52	5.454.529,21
SETEMBRO	4.459.706,38	4.290.172,24	4.386.736,19	6.239.367,90
OUTUBRO	3.966.649,08	4.537.015,00	5.253.936,74	5.632.096,07
NOVEMBRO	4.559.633,48	5.027.905,73	6.938.241,22	6.079.255,86
DEZEMBRO	6.239.156,67	6.327.468,47	9.404.501,94	8.759.614,83
	58.679.855,73	62.037.684,79	71.114.725,67	74.714.386,98

Fonte: Prestação de Contas Anual - Exercício de 2014 e SICONFI para demais exercícios SICONFI (https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf)



5. RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é o principal indicador de solvência fiscal no setor público. Tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento da dívida, utilizando suas receitas.

Nesse cálculo do Resultado Primário são consideradas apenas as chamadas receitas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de

crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações).

A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

RESULTADO PRIMÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	58.679.855,73	62.037.684,79	76.946.832,29	84.256.781,36	93.642.986,80	104.131.001,32
Recarga Tributária	3.632.510,05	3.664.853,90	3.383.032,29	3.704.420,36	4.197.092,79	4.578.207,18
Recargas de Contribuições	1.222.478,36	1.495.871,95	1.700.000,00	1.861.500,00	2.068.871,10	2.300.584,66
Recarga Patrimonial	386.674,34	491.650,10	500.000,00	646.000,00	718.019,97	798.438,21
Aplicações Financeiras (II)	386.674,34	491.650,10	500.000,00	646.000,00	718.019,97	798.438,21
Outras Recargas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-
Recarga Agropecuária	-	-	-	-	-	-
Recarga Industrial	-	-	-	-	-	-
Recarga de Serviços	64.046,24	148.090,17	516.000,00	567.210,00	630.397,10	701.001,68
Transferências Correntes	52.446.224,25	55.400.010,17	69.728.800,00	76.353.036,00	84.858.764,21	94.362.945,80
Outras Receitas Correntes	927.921,49	837.190,41	1.027.000,00	1.124.565,00	1.249.841,54	1.389.823,70
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I) -	58.293.181,39	61.546.025,69	76.356.832,29	83.610.731,36	92.924.966,83	103.332.563,12
RECEITA DE CAPITAL (IV)	1.268.902,95	1.509.636,17	1.450.000,00	1.587.750,00	1.764.625,35	1.962.263,19
Operações de Créditos (V)	-	-	10.000,00	10.450,00	133.868,13	148.861,36
Alienação de Bens (VI)	57.584,69	-	10.000,00	10.950,00	12.169,83	15.532,85
Amortização de Empréstimos (VII)	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	12.113,26	1.509.636,17	12.000,00	1324,950,00	1472.549,43	1637.474,97
Outras Receitas de Capital	-	-	120.000,00	131400,00	146.037,96	162.394,21
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV) - (V) - (VI) - (VII)	12.113,26	1.509.636,17	1.330.000,00	1456.350,00	1618.587,30	1799.869,18
RECEITAS NÃO-FINANCEIRAS (IX) = (III) + (VIII)	59.504.493,65	63.055.661,86	77.686.832,29	85.067.081,36	94.543.554,22	105.132.432,29
DESPESAS CORRENTES (X)	54.754.107,86	57.228.993,83	71.517.949,68	78.312.154,90	87.036.128,96	96.784.175,40
Pessoal e Encargos Sociais	370.9883,40	39.964.339,54	43.257.862,21	47.366.618,90	52.643.260,25	58.539.305,39
Juros e Encargos da Dívida (XI)	-	-	1000,00	1095,00	12.169,83	1353,29
Outras Despesas Correntes	7.736.224,46	17.264.654,29	28.259.763,47	30.944.441,00	34.391.651,73	38.243.516,72
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X) -	54.754.107,86	57.228.993,83	71.516.949,68	78.311.059,90	87.034.911,97	96.782.822,11
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.557.386,78	2.881.662,73	5.778.882,61	6.327.876,46	7.032.801,90	7.820.475,71
Investimentos	2.072.431,03	1.221.316,54	3.478.465,95	3.808.920,22	4.233.233,93	4.707.356,13
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XIV)	1.484.955,75	1.660.346,19	2.300.416,66	2.518.956,24	2.799.567,97	3.113.119,58
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII) - (XIV)	2.072.431,03	1.221.316,54	3.478.465,95	3.808.920,22	4.233.233,93	4.707.356,13
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	-	-	1.100.000,00	1.204.500,00	1.338.681,30	1.488.610,61
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (XVII) = (XII) + (XV) + (XVI)	56.826.538,89	58.450.310,37	76.0954.16,63	83.324.480,11	92.606.827,20	102.978.791,65

Fonte: LDO para 2017.

Meta de Resultado Primário 2017 (LDO) R\$ 1.742.601,24	
Receitas Primárias:	75.089.375,81
Despesas Primárias:	75.616.736,24
Alcançado:	- 527.360,43

Contudo, observa-se o seguinte até o 6º bimestre de 2017:

a) Resultado Primário estimado na LDO para o exercício de 2017	1.742.601,24
b) A estimativa por bimestre $[(1.742.601,24/6)*6]$	1.742.601,24
c) O Resultado Primário efetivamente realizado até o 6º bimestre de 2017	- 527.360,43

6. RESULTADO NOMINAL

Resultado Nominal é a diferença entre todas as receitas arrecadadas e todas as despesas empenhadas, incluindo os juros e o principal da dívida e ainda acrescentando as receitas financeiras, que são aquelas provenientes de aplicações financeiras realizadas pelos governos.

O Resultado Nominal consiste no monitoramento do desempenho do montante da dívida pública a cada bimestre.

RESULTADO NOMINAL

ESPECIFICAÇÃO	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	16.356.025,42	20.454.032,04	9.550.000,00	9.200.000,00	17.500.000,00	16.400.000,00
DEDUÇÕES (II)	(2.901.606,66)	(3.438.232,95)	(4.500.000,00)	(3.200.000,00)	(2.200.000,00)	(1.500.000,00)
Ativo Financeiro	4.333.883,15	4.832.830,84	1.500.000,00	1.800.000,00	1.800.000,00	1.500.000,00
Haveres Financeiros	73.84,85	92.850,99	-	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	7.308.684,66	8.363.94,78	6.000.000,00	5.000.000,00	4.000.000,00	3.000.000,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	19.257.632,08	23.892.264,99	24.050.000,00	21.400.000,00	19.700.000,00	17.900.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III-IV+V)	19.257.632,08	23.892.264,99	24.050.000,00	21.400.000,00	19.700.000,00	17.900.000,00
RESULTADO NOMINAL	(b-a*)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
VALOR	15.973.714,29	(4.098.006,62)	(904.032,04)	1.350.000,00	700.000,00	1.100.000,00

Notas:

Fonte: LDO para 2017.

Dívida Consolidada Líquida		
Em 2016:	R\$	19.548.019,71
Até o 6º Bimestre/2017:	R\$	18.097.106,83
Resultado:	R\$	1.450.912,88
Resultado Nominal:		-R\$ 1.450.912,88
Meta da LDO:	R\$	1.350.000,00

Contudo, observa-se o seguinte até o 6º bimestre de 2017:

a) Resultado Nominal estimado na LDO para o exercício de 2017	1.350.000,00
b) A estimativa por bimestre [(1.350.000,00 / 6) * 6]	1.350.000,00
c) O Resultado Nominal efetivamente realizado até o 6º bimestre de 2017	- 1.450.912,88

Objetivamente, o Resultado Nominal reflete, nominalmente, o valor da dívida consolidada pública. Quando ela aumenta, o resultado é positivo, quando ela diminui o resultado é negativo.

7. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

O Montante da Dívida Consolidada Bruta no 6º bimestre de 2017 foi de R\$ 18.443.754,73.

É relevante ressaltar que a Dívida Consolidada Pública, a que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, envolve os compromissos legalmente assumidos de longo prazo, como parcelamentos de dívidas previdenciárias em favor do INSS.

8. DESPESAS COM PESSOAL

Dispõe a LRF no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” que no Município o Limite de Despesas com Pessoal (DP) é de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Poder Executivo.

Quanto o Município alcança 95% do limite da RCL (51,30%) com DP fica vedada a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição, bem como outras vedações que constam dos incisos II a V do parágrafo único do art. 22 da LRF. Este limite é chamado de limite prudencial.

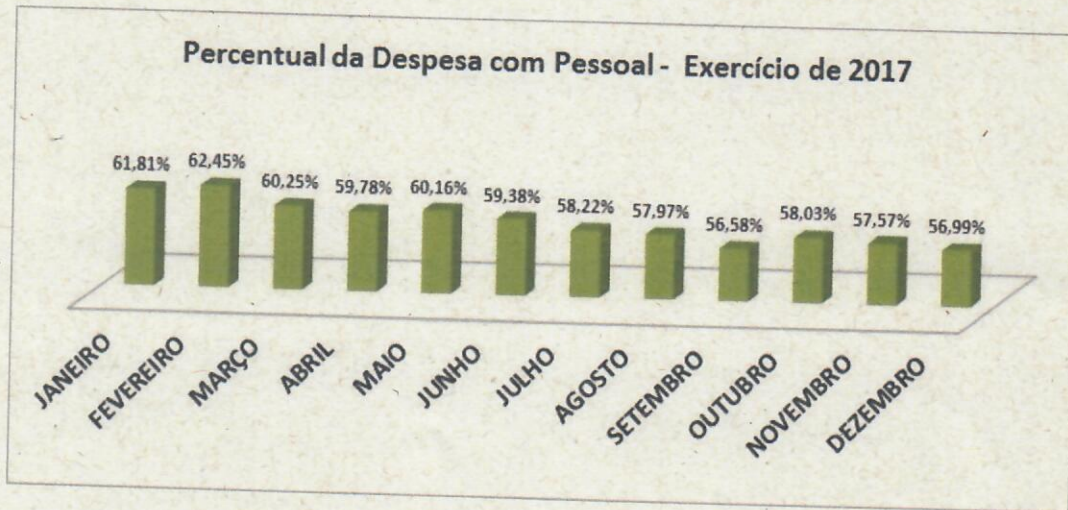
A despesa total com pessoal será apurada somando-se o mês de referência com os dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

A Despesa com pessoal até 6º bimestre de 2017, apurada no período de janeiro/2017 a dezembro/2017, conforme estabelece a LRF, foi de R\$ 42.582.706,26 que representa 56,99% da RCL.

DESPESA COM PESSOAL (DP) X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	
RCL:	R\$ 74.714.386,98
DP:	R\$ 42.582.706,26
PERCENTUAL:	56,99%

Na verdade 54% da RCL acima citada são R\$ 41.157.860,10. Por conseguinte, houve um excesso de R\$ 2.236.937,29, que representa +2,99% da RCL.

Abaixo, gráfico representativo da evolução dos percentuais da despesa com pessoal até o 6º bimestre:



Segue abaixo a trajetória quadrimestral do comprometimento da despesa com pessoal no período de 2009 a 2017:





9. APLICAÇÃO EM SAÚDE

A Constituição Federal, no art. 77 das Disposições Constitucionais Transitórias e na Lei Complementar nº 141, de 2012, consta que o Município deverá aplicar, no exercício, no mínimo 15% de suas receitas de impostos, incluídas às transferências, em ações e serviços públicos de saúde.

Até o 6º bimestre de 2017 a aplicação em saúde no Município foi de **23,97%**, no tocante a despesa empenhada, cumprindo assim o percentual mínimo exigido de investimentos em saúde.

PERCENTUAL COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE -ATÉ 6º BIMESTRE DE 2017		
Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$	42.120.340,39
Despesas com Saúde (liquidadas com recursos próprios):	R\$	10.094.034,39
Percentual Aplicado:		23,96%
Percentual Mínimo:		15%

10. APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

A aplicação de receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais na manutenção e desenvolvimento do ensino é determinada pelo art. 212 da Constituição Federal, que estabelece no exercício a aplicação mínima de 25%, para o Município. No 6º bimestre de 2017 foi aplicado **30,29%** na MDE.

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)

Receitas de Impostos e Transferências Constitucionais:	R\$ 44.257.712,62
Despesas com MDE	R\$ 13.405.233,77
Percentual Aplicado:	30,29%
Percentual Mínimo:	25%

11. APLICAÇÃO DO FUNDEB

Conforme dispõe a Lei Federal nº. 11.494, de 20 de junho de 2007, preceitua em seu art. 22 que pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos totais do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Valorização dos Profissionais da Educação Básica), ingressados no Município durante o exercício, serão aplicados na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício na rede pública municipal. **Até o 6º bimestre de 2017 a aplicação das receitas do FUNDEB com despesa com profissionais da educação básica representou 68,59%.**

APLICAÇÃO DO FUNDEB NO MAGISTÉRIO

Receitas do FUNDEB:	R\$ 23.301.450,48
Despesas com Profissionais do Magistério	R\$ 15.981.882,10
Percentual Aplicado:	68,59%
Percentual Mínimo:	60%

12. METAS FISCAIS

METAS FISCAIS

PREVISTO x RELIZADO

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas na LDO para 2017	6/6 das Metas Previstas para 2017	Metas Realizadas até o sexto Bimestre	Diferença entre (b) – (a)
		(a)	(b)	
Receita Total	85.844.531,36	85.844.531	75.747.603,31	- 10.096.928,05
Receitas Primárias (I)	85.067.081,36	85.067.081	75.089.375,81	- 9.977.705,55
Despesa Total	85.844.531,36	85.844.531	-	- 85.844.531,36
Despesas Primárias (II)	83.324.480,11	83.324.480	75.616.736,24	- 7.707.743,87
Resultado Primário (III) = (I-II)	1.742.601,24	1.742.601	- 527.360,43	- 2.269.961,67
Resultado Nominal	1.350.000,00	1.350.000	- 1.450.912,88	- 2.800.912,88
Dívida Pública Consolidada	18.200.000,00	-	18.443.754,73	243.754,73
Dívida Consolidada Líquida	18.200.000,00	-	18.097.106,83	- 102.893,17

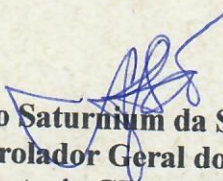
Na segunda coluna as metas anuais foram divididas por 6, em razão de um bimestre ser 1/6 do exercício.

Os números foram extraídos dos Relatórios: Resumido de Execução Orçamentária (RREO) e Relatório de Gestão Fiscal (RGF), 6º bimestre e 3º quadrimestre de 2017. Extraídos do site: <https://siconfi.tesouro.gov.br>

13. RESUMO DOS ÍNDICES

DESCRIÇÃO DA OBRIGAÇÃO CONSTITUCIONAL OU LEGAL	LIMITE	REALIZADO PELA GESTÃO
Despesa com Pessoal até o 6º Bimestre/2017	54%	56,99%
Aplicação do FUNDEB na Remuneração do Magistério	60%	68,59%
Aplicação em Educação- MDE	25%	30,29%
Aplicação em Saúde	15%	23,97%

Toritama, 01 de março de 2018.


Áureo Saturnino da Silva Falcão
Controlador Geral do Município
Portaria GP N°. 0199/2017

Áureo Saturnino da Silva Falcão
Controlador Geral do Município
Portaria GP N°0199/2017